

## **Literatura de Autoria Indígena Brasileira: Um Movimento em Ascensão**

**Literature by Brazilian indigenous authors: a movement on the rise**

Alex Viana Pereira\*

\*Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Boca do Acre - AM, 69850-000,  
e-mail: avp.mla20@uea.edu.br

**Resumo:** A literatura de autoria indígena encontra-se em ascensão no Brasil. Trata-se de narrativas em confluência com a tradição ameríndia e ocidental. De caráter mnemônico, representam uma coletividade de vozes com base na tradição oral e saberes ancestrais indígenas. Assim, é vista como ferramenta de luta e resistência contra a herança colonial que insiste em propagar no imaginário da sociedade visões extemporâneas sobre os originários. Diante disso, por ser um movimento incipiente, o trabalho consiste em discorrer brevemente sobre o contexto histórico da formação da literatura produzida por indígenas que a partir das décadas de 1970 e 1980 vêm se inserindo no campo literário brasileiro. Além disso, procura-se enfatizar os aspectos estéticos-literários embutidos nessa literatura emergente que é considerada pós-colonial e busca a manutenção e sobrevivência das culturas étnicas no Brasil.

**Palavras-chave:** Contexto histórico; Literatura Indígena; Literatura pós-colonial.

**Abstract:** The literature of indigenous authorship is on the rise in Brazil. These are narratives in confluence with the Amerindian and Western tradition. Of a mnemonic character, they represent a collective of voices based on oral tradition and indigenous ancestral knowledge. Thus, it is seen as a tool of struggle and resistance against the colonial heritage that insists on propagating extemporaneous visions of the originals in the imagination of society. Therefore, as an incipient movement, the work consists of briefly discussing the historical context of the formation of literature produced by indigenous people who, since the 1970s and 1980s, have been inserted in the Brazilian literary field. In addition, it seeks to emphasize the aesthetic-literary aspects embedded in this emerging literature that is considered post-colonial and seeks the maintenance and survival of ethnic cultures in Brazil.

**Keywords:** Historical context; Indigenous Literature; Post-colonial literature.

### INTRODUÇÃO

A produção literária de autoria indígena tem crescido a cada dia no Brasil, propiciando aos autóctones voz e visibilidade (DORRICO, 2018). Trata-se de narrativas produzidas por lideranças e intelectuais de diferentes grupos étnicos historicamente subjugados pelos colonizadores que os descreviam com termos pejorativos implantados

no imaginário da sociedade que sobrevivem até os dias atuais, produzindo violência física e simbólica contra os ameríndios.

De caráter mnemônico, pautadas nas tradições orais e ancestrais dos povos indígenas, essas narrativas representam uma coletividade de vozes silenciadas durante quase cinco séculos no Brasil. Todavia, agora estão rompendo as mordagens coloniais, reivindicando e conquistando seu espaço e protagonismo na sociedade através da/na literatura escrita com o objetivo de garantirem a manutenção e sobrevivência da cultura indígena no país. São obras vistas pelos autóctones como ferramenta de luta e resistência contra as visões eurocêntricas e heranças coloniais.

Diante disso, o trabalho consiste em discorrer brevemente sobre o contexto histórico da formação da literatura produzida por indígenas que, a partir das décadas de 1970 e 1980, está se inserindo no cenário literário brasileiro. Desse modo, procura-se ainda enfatizar os aspectos estéticos-literários embutidos nessa literatura emergente que se caracteriza como pós-colonial, visto que se levanta contra a opressão da cultura hegemônica e possui seus próprios esquemas explicativos.

O trabalho está dividido em duas partes: inicialmente, destacamos brevemente algumas características do contexto histórico da formação da literatura de autoria indígena no Brasil, assim como os aspectos estéticos-literários dessas textualidades. Em seguida, tomamos de empréstimo os estudos pós-coloniais de literatura africana de Inocência Mata (2013), Basto (2016) e entre outros para discutirmos dentro da literatura produzida pelos grupos étnicos brasileiros.

## BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E ASPECTOS ESTÉTICOS-LITERÁRIOS

Em resposta ao golpe militar de 1964, começaram a surgir muitos movimentos sociais em defesa dos direitos dos povos minoritários e periféricos que eram os mais atingidos pelas opressões ditatoriais no Brasil. Entre eles, estavam os povos indígenas que vinham sofrendo duramente com as políticas expansionistas implantadas por esse regime (BICALHO, 2010).

Diante disso, em meio ao estado de opressão e cansados de serem silenciados e tutelados<sup>1</sup>, os povos indígenas deram início oficialmente em 1970 a um Movimento

---

<sup>1</sup>Em 1973 criou-se a Lei 6.001 conhecida como “Estatuto do Índio” que definia os indígenas como relativamente incapazes, sendo necessário que o órgão indigenista - Serviço de Proteção ao Índio (1910-Volume 22 Número 52

Indígena Brasileiro – MIB. Por volta de 1974, começaram a realizar encontros que ficaram conhecidos como assembleias<sup>2</sup>, o que resultou também no surgimento da União das Nações Indígenas - UNI, a partir da década de 1980 (BICALHO, 2010; GRAÚNA, 2013).

Nesse contexto, graças a esses movimentos que tinham os indígenas como agentes de suas próprias histórias, eles passaram a reivindicar participação na elaboração da Constituição Federativa de 1988 e, conseqüentemente, conquistaram uma série de direitos referentes à saúde, ensino-aprendizagem diferenciado com base em seus contextos socioculturais, língua materna, organização social, entre outros, que foram essenciais para a manutenção e sobrevivência das culturas indígenas no Brasil. Assim, Guesse (2014) diz que ter seus direitos garantidos por lei foi um dos primeiros passos para que os povos indígenas pudessem desenvolver um ensino-aprendizagem diferenciado e, conseqüentemente, aprimorar as suas práticas de escrita e produção literária.

O estudo de Danner, Dorrico e Danner (2018) esclarece que isso fortaleceu e impulsionou a literatura de autoria indígena, que se configura atualmente como um instrumento de defesa, promoção e publicização das culturas, saberes e tradições indígenas, estando correlacionada diretamente com a luta e resistência do Movimento Indígena de 1970. Além disso, essas textualidades representam um gesto de autoexpressão e autoafirmação dos povos originários, visto que dão visibilidade às suas culturas postas na maioria das vezes à margem da sociedade brasileira. Em consonância com essa ideia, Figueiredo (2018, p. 291) elucida que:

A partir dos anos 1970/80, como parte integrante dos movimentos em defesa das minorias, começaram a aparecer produções escritas, assim como filmes, documentários, gravações em áudio e vídeo, feitos pelos ameríndios de Norte a Sul das Américas.

Parte desses textos que são baseados na tradição oral e saberes ancestrais dos aborígenes eram inicialmente direcionados à educação diferenciada nas aldeias, uma vez que auxiliavam os professores indígenas na tarefa de ensinar às crianças as artes de ler e escrever (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004). Ademais, essas textualidades tendiam para uma

---

1967) – os tutelassem. Segundo a historiadora Poliene Soares dos Santos Bicalho (2010, p. 71) “Proteger, pacificar e controlar, essas eram as metas essenciais a se concretizar na relação que o Estado estabeleceu com os índios ao longo do século XX, através do SPI e da FUNAI”, ou seja, o objetivo nada mais era que propagar as práticas assimilacionistas e integracionistas que, ainda de acordo com a estudiosa, acabou provocando o desaparecimento de várias etnias.

<sup>2</sup>De acordo com o *site* “História e Cultura Gurani”, entre 1974 a 1984 ocorreram 57 assembleias indígenas em várias regiões do Brasil.

autoria mais coletiva, geralmente assinadas com os nomes das etnias das quais os autores/as pertenciam, conduzindo a autoafirmação e reconhecimento da identidade e cultura ameríndia brasileira (THIÉL, 2012).

Entretanto, vale lembrar que ao mesmo tempo em que surgiam as primeiras textualidades indígenas assinadas de forma coletiva e direcionadas à educação diferenciada nas aldeias, começava a aparecer também autores e autoras indígenas com publicações individuais. Um exemplo disto é a escritora e ativista indígena Eliane Potiguara que publicou, em 1975, um poema intitulado “Identidade Indígena” que, segundo Graça Graúna (2013, p. 78), “É possível dizer que o referido poema inaugurou o movimento literário indígena contemporâneo no Brasil [...]”. Apesar de ser assinado individualmente sugere um grito coletivo de resistência. Como aponta Olivieri-Godet (2020, p. 13-14) que estuda as vozes de mulheres ameríndias na literatura brasileira:

Quando publicou o poema “Identidade Indígena”, em 1975, Eliane Potiguara militava no movimento indígena brasileiro, que dava seus primeiros passos. O poema é, a uma só vez, denúncia, resiliência e combate, memória da exclusão e palavra libertadora. Na época, ela também escrevia manifestos e crônicas. Esses textos escritos durante e após a Ditadura Militar serão reunidos na obra *Metade cara, metade máscara*, publicada em 2004.

Além de participar da criação do Movimento Indígena Brasileiro, Eliane Potiguara também contribuiu com a elaboração da Constituição de 1988 juntamente com várias outras lideranças indígenas. Dentre eles o escritor, ativista, intelectual e líder indígena Ailton Krenak, que protagonizou um dos momentos históricos da luta dos povos originários ao discursar durante a Assembleia Constituinte, em 1987. Krenak pintou o rosto de preto em protesto contra os retrocessos dos direitos indígenas e da omissão do governo brasileiro que usava/usa da justificativa de avanço econômico para continuar negando e silenciando os povos originários, fazendo dos indígenas um alvo em todo território nacional (KRENAK, 2019).

Apesar da publicação de Eliane Potiguara ser considerada inaugural, ela não se consolidou como a primeira obra literária indígena brasileira, uma vez que se tratava apenas de um poema. Nesse ínterim, Lima (2012, p. 36) sugere que as produções indígenas iniciaram com a publicação de uma obra em 1978.

A publicação de livros pelos próprios índios iniciou-se, no Brasil, no final dos anos 70, com o lançamento de *Aypapayũ' ũm'ũm ekawën: Histórias dos antigos*, em 1978. Esta publicação, em 3 volumes, em

língua munduruku e em português, registra várias histórias importantes do povo Munduruku, e também tem uma parte dedicada aos vários tipos de instrumentos musicais dos antigos.

Contudo, por se ter poucas informações sobre este livro, os/as estudiosos/as de literatura indígena (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004; THIÉL, 2012; GRAÚNA, 2013) coincidem em dizer que a primeira obra de autoria indígena brasileira completa e inserida no cenário propriamente literário é “Antes o Mundo não Existia: Mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõrã”<sup>3</sup>, de Tolamãn Kenhíri e Umúsin Panlõn Kumu, publicada em 1980. Esta narrativa engendra uma nova cosmovisão do mundo (LIMA, 2018). Nesse sentido, Barro (2020) em consonância com os pressupostos de Lima (2012), destaca que não há registro de nenhum outro livro de autoria indígena publicado anteriormente à década de 1970.

Já por volta de 1990, graças a concursos e o apoio de instituições governamentais e privadas que estimularam os autores e autoras indígenas a publicarem, as textualidades originadas desta população deram uma certa guinada: começaram a ganhar mais fortemente o mercado editorial e a alcançarem maior visibilidade e divulgação no Brasil (THIÉL, 2012).

E com a chegada do novo milênio, os povos indígenas conquistaram um novo direito que impulsionou a promoção, publicização e visibilização das produções literárias indígenas no país. Trata-se da Lei 11.645 sancionada em 2008 que determina que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008, Art. 26-A). Desse modo, é possível retomar ao que Almeida e Queiroz (2004, p. 195) já elucidavam, aproximadamente quatro anos antes da lei ser sancionada, sobre uma eclosão das textualidades produzidas pelos originários:

Assistimos atualmente uma espécie de eclosão do que nomeio *a priori* uma literatura indígena no Brasil, que, ao meu ver, configura um movimento literário, na medida em que pode ser observado nos seus aspectos coerentes e sistemáticos, como um grande texto que se dá a ler.

---

<sup>3</sup>Conforme Almeida e Queiroz (2004, p. 273) “A primeira edição de *Antes o mundo não existia* foi organizada por Berta Ribeiro, e constituiu um marco, um dos fatos mais importantes para o surgimento da literatura indígena no Brasil. Essa edição, pela Livraria Cultura Editora de São Paulo, teve tiragem de 5.000 mil exemplares. Com 239 páginas e em formato de livro de bolso, foi destinada ao público em geral e está esgotada. A segunda edição, de 1995, pertence à Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, e tem como fomentadores duas ONGs: a União das Nações Indígenas do Rio Tiquié – UNIRT -, sediada no povoado de São João Batista, e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN -, sediada em São Gabriel da Cachoeira.”

Dessa maneira, pode-se dizer que estamos vivendo uma renovação no sistema literário brasileiro, pois “[...] uma nova prática da escrita está se tornando literatura. Essa prática, nomeadamente a produção dos livros indígenas [...] (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 200). Corroborando com essa assertiva, Barro (2020) diz que o deslocamento da tradição oral e saberes ancestrais dos povos indígenas para o suporte livro tem causado uma fratura no conceito de literatura brasileira. Desse modo, Thiél (2012) define as textualidades indígenas como extraocidentais, ou, ainda, como etnopoéticas, pois se configuram de acordo com normas próprias a cada cultura produtora de textos, representando um ato político de resistência e manutenção das culturas dos povos étnicos brasileiros que lutam por sobrevivência contra a herança colonial.

A literatura indígena, assim, tem sua razão de ser exatamente no fato de que, inserindo-se no Movimento Indígena e buscando sua promoção normativo-cultural, os escritores e os intelectuais indígenas passaram a produzir e a publicizar sua própria criação estético-literária-cultural, a partir de um relato autobiográfico, testemunhal e mnemônico de sua singularidade antropológica e de sua condição de marginalização, de exclusão e de violência como minorias político-culturais (DANNER; DORRICO; DANNER, 2018, p. 920).

Diante disso, constata-se um crescimento considerável do movimento literário de autoria indígena, que em correlação com o Movimento Indígena brasileiro estão conquistando direitos, espaço e voz negados aos ameríndios desde os tempos coloniais. De acordo com a Bibliografia das publicações indígenas do Brasil/Lista de autores (por origem), somam-se atualmente 57 autores/as indígenas distribuídos em 26 etnias/povos/nações. Entre os autores e autoras que compõem esta lista estão Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Gersem Baniwa, Kaká Werá Jekupé, Olívio Jekupé, Ailton Krenak, Ely Macuxi, Yaguarê Yamã, Graça Graúna, Marcos Terena, Cristino Wapichana, entre tantos outros, que são considerados pioneiros da literatura de autoria indígena e Movimento Indígena brasileiro.

Sabemos que ainda há uma grande lacuna a ser preenchida quando se fala dos direitos e da produção de uma literatura de autoria indígena brasileira, mas aos poucos essas barreiras estão sendo quebradas e as culturas, tradições, línguas, ritos, mitos, crenças e saberes ancestrais dos povos indígenas desvalorizados por 500 anos estão sendo evidenciadas.

## COLONIALIDADE E PÓS-COLONIALIDADE LITERÁRIA

Para Mata (2013), a pós-colonialidade literária tem como ponto de partida a colonialidade literária. Nesse contexto, Thiél (2012) observa que o colonizador questiona-se sobre a classificação do outro, escrevendo e inscrevendo o nativo em um mundo cujo centro é a Europa/metrópole, mantendo uma clara relação de poder: o homem branco se constitui à custa da desumanização do colonizado (BASTO, 2016).

Essa questão pode ser pensada através da expressão de Novo Mundismo que designa uma representação do Novo Mundo. Elaborada a partir da Europa, essa expressão tem como herança as teorias da falta. O Novo Mundo – nesse caso o Brasil – é julgado conforme a régua da Europa: isso quer dizer que tudo que não é reconhecido pelo colonizador no Novo Mundo é visto como falta, gerando preconceitos e estereótipos, pois segundo essa teoria acredita-se que o outro é sempre inferior (JOBIM, 2020).

De acordo com Thiél (2012), o nativo não é visto como representante de uma civilização, mas como primitivo posto sempre em uma posição de subalternidade. Como elucidada Spivak (1942), ele não pode falar, muito menos representar, não é ouvido nem levado a sério. Por muito tempo foi esta a situação dos povos originários na sociedade, sempre figurados como subalternos e representados na história e na literatura de caráter ocidental como bárbaros, selvagens, primitivos, ou ainda, como ingênuos e preguiçosos, precisando serem tutelados, domesticados, catequizados, tendo suas singularidades desvalorizadas e estigmatizadas.

Os habitantes originários do território brasileiro foram figuras importantes e correntes nos textos publicados nos séculos seguintes ao “descobrimento” da América. Porém, a sua figuração nestes textos foi na maior parte das vezes de caráter etnocêntrico e não valorizou a singularidade e a riqueza cultural de cada um dos mais de mil povos que existiam antes da chegada dos colonizadores (LIMA, 2012, p. 23).

São estas visões que os ameríndios lutam para desfazer e, conseqüentemente, manter viva as suas culturas através de textualidades produzidas por eles mesmos. Guesse (2014) corrobora com essa assertiva e enfatiza que por muito tempo os indígenas não tiveram a oportunidade de se reconfigurar. Mas essa realidade vem se modificando graças a uma produção literária própria dos aborígenes que se caracteriza também como pós-colonial, pois “O pós-colonial pressupõe, por conseguinte, uma nova visão da sociedade

que reflete sobre a sua condição periférica, tanto em nível estrutural como conjuntural” (MATA, 2013, p. 31). Assim, os grupos minoritários/periféricos como os indígenas, que antes estavam como coadjuvantes, esquecidos e condenados à margem da sociedade começam a buscar sua autonomia e seu *lugar de fala* na história através da literatura escrita.

Nesse movimento recente de publicação de suas histórias, cantos, poesias, os indígenas têm a possibilidade de figurarem na História de uma nova maneira, instaurando seu próprio olhar sobre si mesmos e não através da ótica do “escritor branco” (GUESSE, 2014, p. 15).

Desse modo, essa literatura que também se configura como decolonial, expressa-se como lugar de resistência, tenta falar na sua própria língua, com seus próprios saberes e esquemas explicativos, questões chave dos estudos pós-coloniais (BASTO, 2016). Nesse sentido, destaca-se a figura importante dos escritores/as que possuem uma postura de ativismo, militância e engajamento e questionam as histórias ditas “oficiais”.

O ponto de partida desse protocolo de transmissão de “conteúdos históricos” é a ideia de que o autor – em pleno domínio e responsabilidade sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizerem – psicografa os anseios e demônios de sua época, dando voz àqueles que se colocam, ou são colocados, à margem da ‘voz oficial’ (MATA, 2013, p. 24).

Os/as escritores/as africanos, portanto, filtram o que o sujeito africano vive. Assim acontece com os autores e autoras indígenas brasileiros quando se apropriam da escrita alfabética e começam a produzir textos que se configuram como ato político, como quebra de silenciamento, como lugar de sobrevivência e denúncia, onde os próprios indígenas tem vez de fala e são representados por si mesmos. Nesse contexto, o “subalterno” pode falar (SPIVAK, 1942), não porque obteve permissão, mas porque através de sua resistência a partir de suas narrativas experienciadas não aceitam mais serem oprimidos, e toda literatura que se levanta contra a opressão pode ser considerada pós-colonial. Além disso, como explica Danner, Dorrico e Danner (2020):

[...] a autoria também possibilita um relato em primeira pessoa, do eu-nós lírico-político, em que a descrição caricatural é substituída por essa voz-*práxis* carnal, vinculada, política e politizante, em que o sujeito-grupo nos apresenta diretamente suas experiências vividas e sofridas e suas singularidades antropológicas. Dito de outro modo, por meio da literatura, como literatura, as minorias político-culturais falam do que são e de como se situam no contexto maior dos processos de

socialização e das instituições comuns – ouvimos, lemos os/as próprios/as indígenas falando-nos, os/ as próprios/as negros/as falando-nos, os próprios indivíduos LGBTQ+ falando-nos, e não mais as caricaturas deles feitas por sujeitos extemporâneos e seus relatos, como tradicionalmente tivemos (DANNER ; DORRICO; DANNER, 2020, p. 356).

Segundo Fernandes (2019), por muito tempo a educação brasileira esteve fechada a não supor o outro, ou, ainda, outros mundos possíveis, outras verdades, saberes, etc; ratificando sua verdade como única e excludente. A raiz desse problema é exatamente uma herança colonial, visto que o colonizador desde os primórdios desclassificou os filhos e filhas dessa terra: silenciou e apagou outras verdades e outros saberes, pois sempre esteve fechado a possibilidade de verdades que ultrapassassem a régua do Velho Mundo, que não seguissem suas racionalidades, seus parâmetros, religião e ciência. Fernandes (2019, p. 150) explica da seguinte maneira a postura do colonizador:

Através da religião ou da ciência, o domínio colonizador enquadrou referências nativas segundo seus parâmetros e desprezou outras, impedindo acesso a diversos modos de conhecer o corpo humano, as plantas, os animais, o entendimento do que fosse doença e cura ou a organização e classificação dos seres do mundo. Quando comparados aos saberes católicos, eram heréticos ou diabólicos, quando comparados à ciência, eram credíes ou equívocos. A ciência – matriz dos saberes que são atualmente aprendidos na escola – foi tida como verdade única, eliminando outras variáveis e possibilidades interpretativas.

De tal modo, o que se quer salientar com isso é que a literatura de autoria indígena em consonância com o Movimento Indígena tem lutado, a grosso modo, para descatequizar a mente (DORRICO, 2020) e garantir a sobrevivência e manutenção da cultura indígena brasileira. E é aí que reside a importância da literatura de autoria indígena que tem se tornado uma forte ferramenta de resistência, promoção, publicização, visibilização e recuperação dos saberes, crenças, línguas, costumes, tradições, ritos, mitos, entre tantos outros aspectos que compõem as sociedades autóctones historicamente negadas e silenciadas pelos colonizadores. E como lembra Almeida em *Desocidentada: experiência literária em terra indígena* (2009, p. 24): “A grande diferença entre a escrita ‘ocidental’ e a escrita dos índios é que, para estes, o corpo da escrita, o corpo nosso, e o corpo da terra, se integram, multiplicadamente.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, conforme Guesse (2014), a literatura indígena nasce de uma escrita política e pretende, através da letra, reescrever a história, por isso se instaura como instrumento de poder, como documento que questiona a história “oficial”. Nesse ínterim, Adichie (2019) aponta os perigos da única história, pois ela apaga o outro lado da história, a dos povos minoritários/periféricos como, por exemplo, os indígenas. Por isso, segundo Spivak (1942), considerar que existe uma história única é uma violência epistêmica, é negar e apagar a existência de povos, línguas, tradições, saberes e culturas múltiplas.

A literatura de autoria indígena em ascensão configura-se como resposta a violência física, moral e simbólica que se atualiza desde os tempos coloniais contra os povos originários. Por ser incipiente, é preciso que essas textualidades sejam analisadas criticamente para que se possa perceber o amadurecimento e importância delas que trazem em seu bojo a voz, autonomia e ativismo dos ameríndios. Evidencia-las não é dizer que são perfeitas e acabadas, mas estão dentro de um movimento necessário e em construção no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: Experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ALMEIDA, Maria Inês de, QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica: FALE/UFMG, 2004.
- Assembleias de chefes indígenas e tutela nos anos 1970: início dos Movimentos Indígenas no Brasil, e organizações atuais. *História e cultura guarani*, 2020. Disponível em: <<https://historiaeculturaguarani.org/territorialidade/movimentos-indigenas-leis-demarcatorias-e-territorialidade-guarani/assembleias-de-chefes-indigenas-e-tutela-nos-anos-1970-inicio-dos-movimentos-indigenas-no-brasil-e-organizacoes-atuais/>>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.
- BARRA, Cynthia de Cássia Santos. Antes o mundo não existia: imaginário das línguas e livros de autoria indígena. *Revista Raído*. Dourados, MS, v. 14, n. 34, jan./abr. 2020.
- BASTO, Maria-Benedita. Entre pós-colonial e pós-colonialismo: emancipação, resistência, conexões e circulações internacionalistas. In: GARCÍA, Flávio; MATA, Inocência (orgs.). *Pós-colonial e pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido*. Rio de Janeiro: Dialogarts Publicações, 2016. p. 146-174.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Da educação, da cultura e do desporto, Seção I da educação. Diário Oficial da União, 1998, v. 126, nº 66. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição/Constituição.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm)>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 20 de nov. de 2020.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Uma literatura militante: sobre a correlação de movimento indígena e literatura indígena brasileira contemporânea. *Aletria*, v. 28, n. 3, p. 163-181, 2018.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando (Orgs.). Autoria, autonomia, ativismo: Educar e politizar pela e para a escrita – notas sobre a literatura indígena brasileira contemporânea. In: *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

DORRICO, Julie. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé*, v.5, n.2, p. 107 – 137, 2018.

FERNANDES, Eunícia. Deslocamentos: literatura indígena e formação de professores. BATALHA, Maria Cristina; ROCHA, Vanessa Massoni da (Orgs.). *Literatura, história e pós-colonialidade: vozes em diálogo*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019.

FIGUEIREDO, Eurídice. Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. n. 53, p. 291-304, jan./abr. 2018.

FRANCA, Aline; MUNDURUKU, Daniel; GOMES, Thulio Dias (Orgs.). Bibliografia das publicações indígenas do Brasil. *Wikibooks*, 2019. Disponível em: [https://pt.wikibooks.org/w/index.php?title=Bibliografias\\_das\\_publicações\\_indígenas\\_do\\_Brasil/Lista\\_de\\_autores\\_\(por\\_origem\)&oldid=468314](https://pt.wikibooks.org/w/index.php?title=Bibliografias_das_publicações_indígenas_do_Brasil/Lista_de_autores_(por_origem)&oldid=468314) Acesso em: 26 de fev. de 2021.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUESSE, Érika Bergamasco. *Shenipabu Miyui: literatura e mito*. Tese (Doutorado em Estudos Literários). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.

JOBIM, José Luis. *Literatura comparada e literatura brasileira: circulações e representações*. Rio de Janeiro: Makunaima; Boa Vista, RJ: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020.

KRENAK, Ailton. Discurso de Ailton Krenak, em 04/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. *GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia*, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 421-422, 2019. DOI: 10.11606/issn.2525-3123.gis.2019.162846. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LIMA, Amanda Machado Alves de. *O livro indígena e suas múltiplas grafias*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LIMA, Carlos Emílio Correa. *Antes o mundo não existia: o livro da outra origem do mundo*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, RN, 2018.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Manaus, AM: UEA Edições, 2013.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Voices de mulheres ameríndias nas literaturas brasileiras e quebequense*. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2020.

PÃRÕKUMU, Umusi, KEHÍRI, Torãmu. *Antes o mundo não existia: a mitologia dos índios Desâna*. 1. ed. São Paulo: Livraria Cultura, 1980.

SPIVAK, Gayatri Charkravort. *Pode o subalterno falar?*. trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIÉL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Data de recebimento: 03/03/2021

Data de aprovação: 10/07/2021